



## “É UMA CASA PORTUGUESA, COM CERTEZA!” ARQUITETURA RESIDENCIAL DE PORTO ALEGRE (1780 – 1810)<sup>1</sup>

Clarissa Wetzel<sup>2</sup>

### Resumo

Este trabalho foi desenvolvido a partir dos estudos realizados na disciplina Seminário de História do Rio Grande do Sul, ministrado pelo Prof<sup>o</sup> Dr. Fábio Kühn, e tem como objetivo traçar o contexto da construção da Porto Alegre do final do séc. XVIII e início do séc. XIX, não apenas no sentido material, mas de sua edificação como centro do Continente de São Pedro, bem como, buscar apreender a realidade econômica e sócio-cultural dos “construtores” dessa cidade partindo do exame de casas residenciais. Com base na análise de registros de compra/venda e doações de imóveis em Porto Alegre de 1780 a 1810 – restritamente da área de urbanização inicial, ou seja, no interior do Portão, nas imediações da Rua da Praia até a Rua da Varzinha (atual Rua Demétrio Ribeiro) – e contrapondo à bibliografia sobre o tema, pretende-se buscar os objetivos supracitados e entender as relações de pertencimento que se configuram a partir da arquitetura.

**Palavras-Chave:** Arquitetura Residencial – Porto Alegre – Pertencimento – Período Colonial

### 1. Introdução

Morar constitui uma necessidade básica do homem. É “antinatural”, pois, para existir a moradia, é necessária a ação do homem sobre a natureza. E acima de tudo, um conjunto fruto da razão, pois “*trata-se de seu espírito e vontade*” (HOLANDA, 1995, p.95). Igualmente racionais são as formas de manipulação, no mundo ibero-americano, desta condição de necessidade, onde o povoamento foi utilizado como a forma mais rápida e barata, portanto, eficaz de dominação de território<sup>3</sup>. Deste modo, a construção de vilas e cidades no período colonial foi fundamental para a formação do Brasil como o conhecemos hoje, uma vez que consolidava a posse do colonizador sobre o território, experiência desenvolvida, principalmente, na região Sul, por se tratar de um espaço fronteiriço. A partir da perspectiva de eficácia da dominação, Holanda compara a dominação dos dois países ibéricos –

<sup>1</sup> Menção a música “Uma casa portuguesa”, interpretada pela cantora lusa Amália Rodrigues.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Fábio Kühn. Contato - clarisser27@gmail.com

<sup>3</sup> A estratégia de ocupação era feita de maneira que o território desocupado passasse a pertencer a Coroa que a conquistou. Tendo populações residentes no espaço, a estratégia era torná-los, mediante alguma compensação, súditos. O que se percebeu foi um total abandono dos povoados, por parte das autoridades, após sua ocupação, tornando o empreendimento de dominação territorial menos dispendioso que uma batalha, por exemplo.

Espanha e Portugal – ressaltando a eficácia do espanhol devido ao seu caráter ordenado, enquanto o português aparece prejudicado pelo seu pragmatismo e desordem, recebendo da História o título de *sem planejamento*. Este caráter ordinal hispânico teria sido reflexo de uma política estatal espanhola tanto sobre os antigos como os novos habitantes da América; ao contrário de Portugal, a Coroa de Castela impôs uma disciplina visando mostrar para aqueles que na América encontravam-se uma nova ordem, uma nova autoridade. De fato, junto às regras de construção, uma série de outras ordenanças foram necessárias para o bom andamento da “construção”<sup>4</sup> das cidades, assim, o traçado retilíneo, característico das ruas hispano-americanas, remete às suas perspectivas e expectativas sobre o novo povoamento. É a diferença entre a razão e precisão espanhola e o desleixo e pragmatismo portugueses na busca por resolver as necessidades rotineiras.

O estudo de Roberta Delson Marx (1997) rompe com o mito da cidade brasileira, de influência lusa, sem planejamento e originárias da espontaneidade. Vistas como verdadeiras cópias das cidades medievais portuguesas (“*completas com ruas tortuosas e bairros congestionados*”, alusão clara a Lisboa antes dos abalos sísmicos de 1755), a autora evidencia o planejamento quando nos demonstra a preocupação dos administradores metropolitanos em ampliar o seu controle sobre o interior do território a partir de um sistema de distribuição de terras e construção de vilas, “*estabelecendo a credibilidade do conceito de domínio público e a aceitação da soberania da Coroa*” (MARX, 1997, p. 41). E essa prerrogativa foi vital na região do Prata, pois o fator decisivo para o sucesso lusitano foi a administração portuguesa ter podido contar com o apoio e participação da sociedade civil da região sul neste processo de ocupação.

## **2. A “construção” de Nossa Senhora da Madre de Deus.**

Desde o século XVII, a Coroa Portuguesa tencionava uma maior abrangência de suas posses nos territórios ultramarinos. Após a Restauração (1680), um Programa de Novas Vilas foi elaborado pelo governo, o qual consistia em quatro pontos: (1) fundação de assentamentos planejados; (2) estabelecimento de vilas em assentamentos já existentes; (3) liberação dos índios da escravidão para torná-los “cidadãos portugueses”; (4) fomento à migração de casais açorianos.

No século XVIII, quando as relações entre Portugal e Espanha eram tensas pelo domínio da região do Rio da Prata e os limites fronteiriços buscavam se configurar, o Continente do Rio Grande de São Pedro seria, apesar do descaso aparente, alvo de

---

<sup>4</sup> Refiro-me aqui a construção política, econômica e social das cidades, tendo seus alicerces na população das mesmas.

atenção por parte do governo central. Neste contexto de disputas e estratégias de dominação do território, a formação do espaço de Porto Alegre foi fundamental.

A partir do Tratado de Madri (1750), em substituição ao Tratado de Tordesilhas, os limites entre as colônias de Portugal e Espanha se redefiniram, privilegiando a paisagem para demarcação das fronteiras. Logo, os dois países ibéricos acordaram a troca da Colônia de Sacramento pela região missioneira dos Sete Povos, dando novos rumos à configuração do Rio Grande de São Pedro. O tratado fundamentava-se no princípio do direito privado romano *uti possidetis, ita possideatis*<sup>5</sup>, o que levou Portugal a adotar a estratégia de intensificação do povoamento na região, contando para isso com equipes técnicas das comissões demarcadoras (engenheiros militares, cartógrafos, etc.), e, obviamente, com os povoadores, seus súditos ilhéus. Entretanto, os casais açorianos que deveriam instalar-se na região missioneira, espalharam-se pela Capitania devido às Guerras Guaraníticas, sendo a atual Porto Alegre um dos arranchamentos improvisados para aguardar a subida pelo Jacuí até o seu destino. Esta situação não seria motivo de preocupação da administração central, ficando o contingente açorita a mercê da miséria.

Contudo, na segunda metade do século, fatos alterariam a composição do território: 1) a tomada de Rio Grande pelos espanhóis em 1763, obrigando a dispersão de sua população e mudança da Câmara para Viamão; 2) e o fracasso das comissões demarcadoras estipuladas a partir do Tratado de Madri, sujeitando os açorianos, arranchados na foz do Jacuí, a ocupação efetiva de suas margens, criando os núcleos iniciais de Porto Alegre, Taquari, Triunfo, Santo Amaro e Rio Pardo.

Tal situação manteve-se por dez anos, até que em 1773 quando José Marcelino de Figueiredo, então governador da Capitania desde 1769, de volta de uma viagem<sup>6</sup> ao Rio de Janeiro, e com o apoio do vice-rei Marquês do Lavradio, transferiu a capital da capitania e suas instituições para Porto Alegre, na época conhecido por São Francisco do Porto dos Casais, arranchamento recém desvinculado da vila de Viamão. Em verdade, pouco antes de ter a Câmara de Vereadores deslocada, Porto Alegre foi elevada à freguesia em 1772, tornando-se independente de Viamão. Contudo, o que interessa notar é que mesmo com o deslocamento político e administrativo para Porto Alegre, a freguesia não se tornou vila, evidenciando que o fator administrativo ficou acima do estatuto de localidade (Comissoli, 2008).

---

<sup>5</sup> *“do jeito que possuiis, continueis possuindo”, ou “quem possui de fato, deve possuir de direito”.*

<sup>6</sup> Segundo os estudos feitos a partir da correspondência entre o governador José Marcelino de Figueiredo e o vice-rei Marquês de Lavradio, este último ordenou que o governador fosse até o Rio de Janeiro prestar contas e subordinação, por conta de sua maneira inadequada e indisciplinada. Contudo, no desenrolar dos fatos entre 1771 – 1773 (período de governo do seu substituto, Antônio da Veiga Andrade) foi constatada a preferência por José Marcelino, por ser este “homem de mãos limpas”. (COMISSOLI, 2008, pp. 47-56)

Cabe lembrar também que em 1772 o governador Antônio da Veiga de Andrade já teria dado ordens para o Capitão Alexandre José Montanha dar início ao desenho das ruas, e teria cedido, à beira do Guaíba, meia data de terras a alguns dos antigos arranchados<sup>7</sup>.

... faça divisão de sessenta meias datas para outro igual número de casais dos quais já se acham moradores no dito Porto de São Francisco, sendo a meia data que compreender as casas da estância com seu pomar para Passais do Vigário da Freguesia, (...) *deixando-se suficiente terreno para logradouro da Vila...* (ANTUNES apud MACEDO, 1999, p. 64. Grifo meu).

Apesar de Veiga de Andrade ter principiado o processo de “urbanização” de Porto Alegre, o seu novo status de capital da capitania iniciado por Figueiredo mostrou-se mais relevante para a construção da cidade. Todavia, tendo em vista a situação precária do ex-arranchamento diante da vila de Viamão, têm-se estudado o porquê deste deslocamento. A partir dos estudos de Adriano Comissoli sobre a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, é possível elucidar, ao menos em parte, esta prerrogativa. Segundo o autor devemos pensar em Porto Alegre como, e por diversas razões, uma cidade planejada.

Considerando o fato de José Marcelino Figueiredo ser um militar, sua estratégia primeira foi conduzir a capital da capitania a um lugar que fosse seguro. Na opinião do Sargento-mor Domingos José Marques Fernandes, o governador

...escolheu o sítio melhor que há naquele Continente; por ficar bem no centro dele, *onde não pode chegar o inimigo*, senão por navegação; (...) cujas águas o lavam pelo Norte e pelo Poente; e pelo Sul a buscar o giro e canal para a Lagoa dos Patos, na forma que também se disse; muito espaçoso e superior a inundações, de bom clima, desafogado, e de extensas vistas d'água e de terras...<sup>8</sup>

Por estar o Rio Grande de São Pedro em estado de alerta devido às investidas espanholas, cuja vila de Rio Grande já se encontrava sobre seu domínio, aponta-se para a grande relevância da mudança da capital dos campos de Viamão, totalmente desprotegidos natural e/ou artificialmente, para Porto Alegre, guarnecida não só das águas do Guaíba, mas de defesas terrestres bem estruturadas com um fosso defensivo em seu entorno, fechando a povoação. A partir destas estruturas materiais defensórias, já se percebe também a preocupação na composição de um espaço físico fechado. Não obstante o espaço construído pela freguesia já se estruturar *a priori* como um delimitador administrativo, fisicamente, os “portões” delimitavam o espaço de sociabilidade no que concerne o “dentro”

---

<sup>7</sup> Na relação de moradores de 1784, apesar de serem terrenos na zona rural (fora dos portões), havia descrição de muitos moradores que receberam tanto deste governador quanto de José Marcelino de Figueiredo. AHRs, F-1198 A. Relação de Moradores da freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre.

<sup>8</sup> Esteve em Porto Alegre em 1798, escrevendo em 1804 seus relatos. FERNANDES, Domingos Marques. Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul. In: NOAL FILHO, V.A.; FRANCO, S.C. *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1750-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004; pp.24 - 26. Grifo meu.

e o “fora”. Não estou aqui afirmando que não houvesse relações fora dos portões, pois no seu entorno encontramos grandes propriedades, além das azenhas e moinhos – “inspiração” para os futuros bairros da cidade – contudo seu interior configurava-se num espaço mais restrito de loteamento, privilegiando esta sociabilidade, conforme veremos mais a frente na análise da estrutura da casa rural e urbana.

Outro aspecto relevante para a formação de Porto Alegre, juntamente à proteção, é a condição portuária da nova capital. Agilizando o transporte e a comunicação com as outras povoações da capitania, esta condição foi componente imprescindível neste momento por decorrência das investidas espanholas e dos estratagemas para retomada de Rio Grande. Um terceiro fator mostra-se importante neste período: a ação mercantil, que se relaciona com a questão portuária (COMISSOLI, 2008). De fato, ter um porto no meio da capitania, intermediando a ligação entre o litoral e o interior fez com que o fluxo comercial aumentasse. Obviamente ser a “esquina do Rio Grande” deixava Porto Alegre numa posição privilegiada, acentuando seu potencial mercantil.

... o objetivo dos colonizadores era criar uma cidadela protegida dos ataques externos e, ao mesmo tempo, contar com as facilidades de circulação oferecidas pelos transportes marítimos e fluviais. (RAMINELLI apud BICALHO, 2003, p. 167)

Segundo a bibliografia, Porto Alegre não foi uma exceção, o uso dos recursos naturais para a construção das estruturas foi constante no Brasil, demonstrando a necessidade de conhecimento não só dos recursos, mas também das cercanias, planejando de forma particular o estratagema de povoação.

### **3. Considerações sobre Cidade-Identidade**

Este estudo referencia-se no conceito de *representação* e busca pensar o social a partir deste. Sua prática implica numa relação ambígua entre ausência e presença, pois a representação visível a nós – imagem mental ou material – indica a presença daquilo que está ausente, mas que “*se distancia do mimetismo puro e simples, e trabalha com uma atribuição de sentido*” (PESAVENTO, 1995, p. 280). O imaginário social (o social pensado pelas representações) não é a realidade, contudo é parte integrante da mesma. No estudo em questão, atentemo-nos ao fato de que a materialidade da cidade é apreendida pela documentação analisada, passando por um processo diferenciado de percepção: primeiramente a construção da imagem da casa, para num segundo momento, atribuição de significados nela contidos.

A cidade, por ser uma criação do homem, é por excelência um espaço de construção de significados, que podem expressar uma série de sentidos, ora complementares ora

contraditórios, que coexistem numa hierarquia própria, tendo como exemplo marcante a civilidade e a modernidade. Seguindo essa concepção de expressividade da cidade, acredito que a urbe pode ser encarada como uma vitrine, onde estão apresentados os modelos, ou seja, padrões que se pretende ter, ser ou parecer. Buscar estes sinais deixados pelo homem pressupõe, então, pensar muito além da materialidade (tijolos e telhas, e nesse caso, madeira ou estuque), pois a cidade, apesar desta característica primordial, é também um espaço de sociabilidade, e mais que isso, é um espaço de sensibilidades.

É construção de um *ethos*, que implica na atribuição de valores ao que se convencionou chamar de urbano, é produção de imagens e discurso que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam. (PESAVENTO, 2002, p. 24)

De modo adjacente, a identidade ou cultura nacional, assim como a cidade, é construída, no âmbito do simbólico, como uma forma de sistema organizativo/compreensivo que surge da idéia de pertencimento. Podemos pensar que a cultura nacional em que nascemos constitui uma das primeiras e principais fontes de identidade, pois se trata de um discurso construtor de sentidos que organiza tanto nossas ações como as concepções que temos de nós mesmos. Logo, a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos<sup>9</sup>; os súditos não são apenas parte figurante de uma nação, eles participam da idéia de nação, configurando o que Hall chamou de comunidade simbólica e é isso que explica seu “*poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade*” (SCHWARZ apud HALL, 1999, p. 49). Mas essa construção simbólica, logo imaginária, que produz a identidade cultural envolve mais que identificar-se com grupos determinados, abarca também não pertencer a outro; construir também a diferença partindo de um padrão identitário, que não necessariamente precisa ter proximidade com o real.

De maneira reduzida, uma micro-esfera da nação, a própria cidade é vista como produtora de identidades. O recorte espacial, mesmo que extrapole, em significados, as divisões político-administrativas também é formador de grupos, e o inverso também se dá, estando além do espaço o sentimento de pertença, contanto que a construção identitária produza a coesão social “*permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença*” (PESAVENTO, 2005, p. 90).

Com base nestes referenciais foram analisados documentos de compra/venda e doação de imóveis contidos no Livro de Notas do 2º Notário de Porto Alegre, nos anos de 1780 a 1810, atualmente sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

---

<sup>9</sup> Stuart Hall cita o trabalho de Timothy Brennan, que nos faz lembrar que a palavra *nação* refere-se não só ao moderno conceito de estado-nação, mas “algo mais antigo e nebuloso – a *natio* – uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento” (BRENNAN apud HALL, 1999, p. 58), que não é imposto, mas erigido no meio simbólico.

(APERS), buscando reconstruir a freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus. Visto que não restaram exemplares de casas do período analisado, utiliza-se dessas fontes para entender as relações entre sua construção e seus moradores – construtores de significados.

#### 4. Arquitetura residencial

Pode a residência falar por seus moradores? Esse foi o questionamento feito ao deparar com a riqueza de significados que continha Porto Alegre. Por muito tempo, o trabalho de Riopardense de Macedo preencheu algumas lacunas quanto à arquitetura neste período no Rio Grande de São Pedro. Em estudo comparativo entre a casa açoriana e as construções de Rio Pardo foram verificadas características análogas. Para este autor, estas mesmas estruturas encontradas em Rio Pardo, muito bem se aplicariam a Porto Alegre, pela similaridade entre os sítios: limitado por margem fluvial, povoado por açorianos, composição ambiental; disponibilidade de material para construção, além da característica estratégico-militar. Todavia, nenhuma documentação foi analisada, permanecendo no campo hipotético.

Mas de fato, uma mitologia açoriana formou-se sobre a arquitetura de Porto Alegre. Como dito, os estudos comparativos entre a casa dos Açores e de algumas cidades do Rio Grande do Sul demonstram semelhanças, no entanto, em estudos posteriores, essa herança açorita é contestada, pois entra em questão a própria origem desta.

Chega-se assim, a uma conclusão óbvia, analisando essas semelhanças: a arte portuguesa foi uma só, tanto no Continente como no Arquipélago, ambos chegando ao Brasil sem que se pudesse dissociar as influências, ligadas sempre pelo fato de serem natas sob uma mesma visão artística, peculiar ao espírito português. (SOUZA, 1981, p. 9)

Mesmo assim, faz-se necessária a abordagem do levantamento feito por Riopardense de Macedo e suas considerações sobre a casa rural que, na mudança para um espaço mais restringido – urbano – tem seu padrão residencial adaptado ao novo ambiente e a novas funções. Para o autor em questão, a residência riograndense tem sua origem na casa rural dos Açores: esta tinha uma estrutura horizontal, contendo uma cozinha caracterizada pelo forno arredondado, uma sala de convívio com porta principal para o pátio correspondendo ao “meio da casa”. Esta última peça é de fácil identificação não só pela porta principal, mas pela existência da *copeira* (um nicho para guardar as louças e objetos de valor da família) e o *agulheiro* (nicho para guardar os objetos de costura) junto à janela. A última peça da casa é o “quarto de camas”, o qual geralmente tem uma espécie de mezanino – a *falsa* – onde havia uma nova cama para as crianças. A planta da residência rural contava ainda com outras estruturas para o trabalho: a atafona, o depósito, peça para o carro de bois, a cisterna, estabelecimento para animais, etc.

Na casa urbana observou-se que esta mesma disposição de peças foi condensada para o espaço, num tipo de lote com características bastante definidas. Evidência dessa particularidade é o aparecimento da “casa-em-fita”, ou seja, casas com uma parede divisória compartilhada com a casa vizinha; e a verticalização da disposição, agora no direcionamento frente-fundos, assinalando a estrutura conhecida por “casa de porta e janela”. (Ver fig. 1)



Figura 1. Estrutura de casas-em-fita, evidenciando a direita as possíveis divisórias da casa com o corredor na lateral.  
Fonte: REIS FILHO, N. G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Do mesmo modo, essa restrição no espaço a ser construído, favoreceu as relações sociais, diminuindo a distância entre os moradores. Logo, a própria casa teve de se adaptar, pois suas peças foram reutilizadas para funções mais sociais. Importante ressaltar que com o advento do Estado Moderno, ocorre de forma mais clara a separação entre público e privado, pois o Estado define o que é privado quando deixa claro o que é público (NOVAES, 1998, pp.16-7). Contudo, em vista das características diferenciadas da Colônia, essa relação ainda se mantém muito imbricada, e, ao mesmo tempo em que a residência assume uma função mais social, há uma regulamentação das áreas da casa e, por conseguinte, a definição das esferas privadas. Assim, a *sala principal* serve para as recepções sociais e provavelmente tenha suas aberturas diretamente na rua, ficando o interior para permanência das mulheres e dos locais de trabalho, ou seja, mostrando bem mais restrito o reduto da família. Uma estrutura que evidencia bem essa condição é o corredor que, em geral, cortava a casa conduzindo da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se a uma das paredes laterais, ou fixava-se no centro da planta, conforme este trecho retirado da documentação analisada:

...morada de cazas citas nesta villa na Rua da Graça [Rua dos Andradas] frente ao norte com hua salla, nela hua porta, e janela, e hum portão de serventia de corredor por fora da salla ... (APERS, Livro de Notas, Livro nº38, 1807, fls. 52).

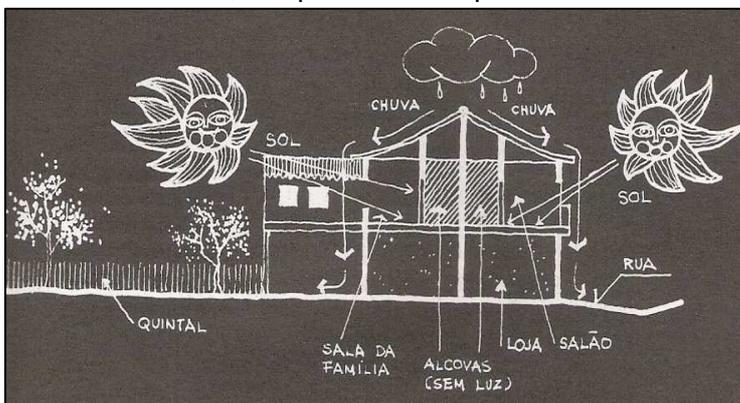
Como apreendido, os locais de trabalho, como a *cozinha*, foram deslocados para os fundos e o *quarto de camas* também recebeu nova localização, percebida pela nova orientação da falsa, agora no mesmo quarto onde há a copeira e o agulheiro (estruturas características do trabalho doméstico). Fica o antigo “meio da casa” exclusivamente para reuniões sociais ou para existência de loja ou armazém.

Nesta escritura de venda é possível observar esta disposição:

...hua morada de caza de madeira coberta de telhas cita na Rua do Cotovelo [Rua Riachuelo] com quarenta e seis palmos de frente, com hua sala a frente e tres alcovas para o entrior da mesma sala. Com seu pátio e cozinha ... (APERS, Livro de Notas, Livro nº 28, 1800, fls.160).

Quanto à relação da casa com a via pública, de acordo com Reis Filho (1976), as vilas e cidades brasileiras apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas, e paredes laterais sobre os limites dos terrenos, de forma a adaptar antigas tradições urbanísticas de Portugal. As casas também respondiam a padronizações pré-estabelecidas: na maioria das escrituras de venda ou doação de moradias localizadas, a metragem de frente é de 23 ou 46 palmos, sendo o fundo variado, entre 120 e 302 palmos. Os poucos casos em que esta medida era ultrapassada, eram residências próximas à Rua da Igreja ou arredores da praça, demonstrando maior poder aquisitivo de seus possuidores. Ainda havia outras maneiras de uniformização da residência, que definia as “dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamento com as edificações” (Reis Filho, 1976; p.24), contudo, não foram localizadas informações que pudessem nos dizer quais seriam essas no caso de Porto Alegre e se a “vila” realmente as tinha.

Outra forma comum de moradia neste período é o sobrado. Sua diferença fundamental em relação à casa térrea consistia no contra piso da primeira deixado ao convívio familiar, enquanto seus pavimentos térreos acomodavam escravos e animais,



**Figura 2 Corte lateral do sobrado.**  
Fonte: REIS FILHO, N. G. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

quando não eram utilizados no comércio, conforme abaixo:

“...fazia a venda como de facto havia feito a dita Irmandade ao comprador Jozé da Silva Lima das logas [lojas] de hum sobradinho cito na Rua do Cotovelo hindo para o Arsenal...” (APERS, Livro de Notas, Livro nº 38, 1805, fls. 108-109).

Ou ainda esta outra residência “com dois lances, cita na Rua da Praia desta villa (..) com quatro portas na frente, e outra em huno beco que serve de corredor” ( APERS, Livro de Notas, Livro nº 38; 1807, fls. 149) ; os dois lances evidenciam o sobrado com sala térrea com muitas aberturas, provavelmente para melhor circulação no estabelecimento, e localizada na Rua da Praia, uma rua conhecida pelo seu caráter comercial pois se encontrava direta e paralelamente as margens do Guaíba.

Quanto aos materiais, foram apreendidos desde os mais simples, como madeira, até mais elaborados, como pedra, provavelmente com barro, ou ainda pedra e cal. Não foram localizadas casas em tijolos, mas certamente havia a disponibilidade desse material, devido a existência de olarias nesta época, situadas na atual Rua Gal. Lima e Silva. O sistema de cobertura, em telhado de meia água, procurava lançar a chuva recebida sobre a rua ou mais raro no período analisado de duas águas, com queda para rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno.

## 5. Considerações Finais

A construção de Porto Alegre está vinculada à crescente importância que a freguesia, oficialmente vila em 1809, obteve no contexto político e econômico da região, quando esta passou a ser sede da Câmara e capital da capitania. Considerando os esforços do governador José Marcelino de Figueiredo na edificação de Nossa Senhora da Madre de Deus e em transformá-la numa estrutura portuária, mercantil e fortificada, revemos a idéia da ereção de cidades lusas sem planejamento.

Foi retomada a questão da influência açoriana na arquitetura de Porto Alegre. Há relatos de viajantes e cronistas sobre o arranhamento açoriano desenvolvido às margens do Guaíba, antes da transferência da Câmara, e provavelmente este fato influenciou na abertura das primeiras ruas<sup>10</sup>. Mas a partir da documentação e da bibliografia sobre o assunto, pôde-se observar um padrão arquitetônico nas cidades de origem lusitana. Esta tendência arquitetônica revela *“uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma **aparência portuguesa**”* (REIS FILHO, 1976, p. 24), visto que os padrões oficiais disseminaram-se e complementaram uma disposição espontânea. Portanto, desmistifica-se a arquitetura açoriana em Porto Alegre, mas não pela falta de semelhanças entre os estilos<sup>11</sup>, mas pela inegável origem comum ibérica.

Torna-se pertinente, após entendermos como se deu a “construção do significado” de Porto Alegre, questionar seus primeiros moradores com a pergunta feita por Stuart Hall (1999, p. 51): *“Que estratégias representacionais são acionadas para construir nosso senso comum sobre o pertencimento ou sobre a identidade nacional?”*. Neste caso, a arquitetura residencial dos reinóis e demais súditos, que habitavam a recém formada Nossa Senhora de Madre de Deus, foi uma forma deliberada de construção e manutenção de uma identidade

---

<sup>10</sup> Não se tem certeza sobre qual rua teria sido a primeira: a Rua da Praia às margens do Guaíba, local do assentamento ilhéu; ou a Rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias), seguindo uma tradição de construção ao redor de uma praça, no ponto mais alto, junto aos prédios públicos (Igreja, Casa do Governador, etc.)

<sup>11</sup> Muito pelo contrário, o trabalho de Rocca (2002) e Riopardense de Macedo (1968, 1973 e 1993) mostram similitude entre os modelos arquitetônicos.

cultural. Portanto, a política portuguesa de construção de vilas e cidades visava, por meio de representações, gerar o sentimento de pertença e lealdade do súdito à Coroa, garantindo o território. Do mesmo modo, o súdito buscava manter-se ligado à Coroa em pequenos hábitos e atitudes, que o convívio cidadão (visto como civilizado) proporcionava, incluindo nestes a própria cidade, suas ruas e residências, como parte daquilo que o tornava mais próximo de Portugal.

Por fim, Porto Alegre, assim como a maioria das cidades coloniais portuguesas, inclusive as do Arquipélago dos Açores, seguiu as tendências portuguesas: frente ao que a natureza do local lhe apresentava, procurou adaptar conhecimentos e formas arquitetônicas e urbanísticas para a edificação de novos povoados. Construindo um espaço urbano semelhante ao que existia em Portugal, os súditos procuravam diminuir a distância de além-mar, fortalecendo a idéia de pertencimento ao país ibérico.

## 6. Referência Bibliográfica

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS), *Livro de Notas*. 2º Notário de Porto Alegre, Livros nº 28 e 35 à 40.

BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império - O Rio de Janeiro no séc. XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMISSOLI, Adriano. *Os "Homens Bons" e a Câmara Municipal de Porto Alegre (1767-1808)*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre/Editora da UFRGS, 2008. (coleção Teses e Dissertações v. 1)

DANTAS, Ana Claudia de Miranda. *Cidades Coloniais Americanas*. Disponível no site: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp241.asp>

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil Colônia – Planejamento Espacial e Social no séc. XVIII*. Brasília: Alva-ciord, 1997.

DIAS, Maria Odila L. S. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

FERNANDES, Domingos Marques. Descrição Corográfica, política, civil e militar da Capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul. In: NOAL FILHO, V.A.; FRANCO, S.C. *Os Viajantes olham Porto Alegre: 1750-1890*. Santa Maria: Anatterra, 2004.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida Cotidiana dos Açorianos pelas Freguesias e Caminhos. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Méritos, 2006. (Colônia, v.1)

HALL, Stuart. *A identidade cultural no pós-modernismo*. 3.ed. Rio de Janeiro DP&A, 1999.

- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª impressão. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. (Temas do Novo Século, n.8)
- LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *Modelos Portugueses e Arquitetura Brasileira*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993. (Síntese Rio-grandense, n. 10)
- \_\_\_\_\_. *O Solar do Almirante – História pela Arquitetura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ IEL, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Porto Alegre – História e Vida da Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Porto Alegre – Origem e Crescimento*. 2.ed. Porto Alegre: UE, 1999.(edição original de 1968)
- NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na Colônia. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.) *História da Vida Privada no Brasil – Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GRIJÓ, L. A. et al. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- \_\_\_\_\_. Muito além do espaço. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, pp. 279-290.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1976. (Coleção Debates)
- ROCCA, Luísa Durán. *A Cidade Colonial Ibero-Americana: a malha urbana*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, defendida em 2002. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- \_\_\_\_\_. Viamão na História do Urbanismo Sul Riograndense. In BARROSO, Vera Lucia Maciel (org.). *Raízes de Viamão*. Porto Alegre: EST, 2008.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999
- SOUZA, Sara Regina Silveira. *A Presença Portuguesa na Arquitetura da Ilha de Santa Catarina – séc. XVIII e XIX*. Florianópolis: FCC Edições, 1981.

WEIMER, Günter (org.). *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. (Série Documenta, n.15)

\_\_\_\_\_. *Origem e evolução das cidades rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.